

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026



SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

SOCIOLOGIA

(ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS))

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros
- ▶ Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social
- ▶ Direitos, Violações de Direitos e Vulnerabilidades Sociais
- ▶ Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
DISTRITO FEDERAL

**SOCIOLOGIA - ESPECIALISTA EM
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(EDAS)**

EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026

CÓD: OP-122MA-26
7908403594160

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	9
3. Domínio da ortografia oficial	10
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	12
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
6. Emprego de tempos e modos verbais	14
7. Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	16
8. Emprego das classes de palavras	18
9. Emprego dos sinais de pontuação	26
10. Concordância verbal e nominal	27
11. Regência verbal e nominal.....	29
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	30
13. Colocação dos pronomes átonos	30
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	31
15. Significação das palavras.....	33
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	33

Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

1. Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e do entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar Federal nº 94/1998 e suas alterações; e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.469/2011 e suas alterações.....	43
2. Plano Distrital de Política para Mulheres (PDPM).....	48
3. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente)	54
4. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares; Título V – Dos Deveres; Título VI – Do Regime Disciplinar; Título VII – Dos Processos de Apuração de Infração Disciplinar)	68
5. Lei Federal nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha)	79
6. Lei Distrital nº 7.484/2024	86
7. Noções básicas de primeiros socorros: cuidados iniciais com a vítima, reconhecimento de situações de urgência e emergência, acionamento do socorro especializado e condutas básicas em casos de engasgo, sangramento, fratura, queimadura, desmaio, convulsão e intoxicação	89

Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Normativos da Assistência Social

1. LOAS, PNAS/2004 e SUAS: princípios, diretrizes, objetivos, organização da assistência social, proteção social básica e especial, seguranças socioassistenciais, matricialidade sociofamiliar, territorialização e intersetorialidade	1
2. NOB/SUAS: responsabilidades dos entes, cofinanciamento, gestão do trabalho e estruturação da rede	2
3. NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006 e suas alterações)	25
4. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade	42
5. Instâncias de pactuação, deliberação e controle social no SUAS: CIT, CIB, Conselhos e Conferências de Assistência Social.....	68
6. CadÚnico e Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda	70
7. MROSC: instrumentos de parceria, chamamento público, execução, monitoramento e prestação de contas nas parcerias com organizações da sociedade civil	71

Direitos, Violações De Direitos e Vulnerabilidades Sociais

1. Crianças, adolescentes e juventude: ECA, Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.....	1
2. Convivência familiar e comunitária, acolhimento, adoção e violência contra crianças e adolescentes	40
3. SINASE.....	43
4. Mulheres e violência de gênero: violência doméstica e familiar contra a mulher, medidas protetivas, rede de atendimento; Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Lei Maria da Penha.....	55
5. Pessoa idosa e pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional do Idoso e LBI	64
6. População em situação de rua, pobreza e exclusão social: desproteção social e Política Nacional para a População em Situação de Rua	95
7. Diversidade, equidade e relações étnico-raciais: diversidade sexual e de gênero, relações étnico-raciais, crimes de preconceito de raça ou cor e entendimento do STF sobre homotransfobia.....	98

Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal

1. Programa de Provitamento Alimentar Direto em Caráter Emergencial – Cartão Prato Cheio (Lei Distrital nº 7.009/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.873/2021 e suas alterações)	1
2. Programa Cartão Gás (Lei Distrital nº 6.938/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.376/2021 e suas alterações)	2
3. Plano DF Social (Lei Distrital nº 7.008/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.872/2021; Portaria nº 42/2023)	4
4. Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal (Lei Distrital nº 5.165/2013; Decreto nº 35.191/2014)	10
5. SISAN/Restaurante Comunitário (Seção II do Decreto nº 33.329/2011 e suas alterações)	15

Conhecimentos Específicos

Sociologia - Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social (EDAS)

1. Teoria Sociológica e Conceitos Fundamentais: O surgimento da Sociologia e os clássicos: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber	329
2. Teoria sociológica contemporânea: Pierre Bourdieu (habitus, campo e capital) e Zygmunt Bauman (modernidade líquida).....	331
3. Poder, biopolítica e sexualidade: Michel Foucault (instituições disciplinares, microfísica do poder e a história da sexualidade) e Judith Butler (teoria queer, gênero e performatividade).....	334
4. Conceitos estruturantes: Estado, ideologia, socialização e controle social	335
5. Pensamento Social, Colonialismo e Relações Étnico-Raciais: Formação histórica e cultural brasileira: raízes da questão social, urbanização e estratificação de classes.....	336
6. Colonialismo e perspectivas decoloniais: o pensamento de Frantz Fanon (colonialismo, racismo e a sociologia da descolonização) e as epistemologias do Sul	338
7. Relações étnico-raciais e interseccionalidade: o mito da democracia racial, o racismo estrutural e a articulação entre raça, classe, gênero e sexualidade na produção das desigualdades sociais	340
8. Sociologia Urbana, Desigualdades e Movimentos Sociais: Sociologia urbana: direito à cidade, segregação socioespacial, gentrificação e periferias	341
9. O fenômeno da violência urbana e a criminalização da pobreza.....	344
10. Ação coletiva e movimentos sociais contemporâneos (urbanos, rurais, movimento negro, feminista e LGBTQIAPN+)	345
11. Sociedade civil, organizações da sociedade civil e participação cidadã no controle social.....	348
12. Metodologia de Pesquisa Social e Avaliação de Políticas: O debate epistemológico nas Ciências Sociais; métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.....	349
13. Técnicas de coleta de dados aplicadas ao estudo de contextos de vulnerabilidade: entrevistas, histórias de vida e etnografia.....	350
14. Construção, análise e interpretação de indicadores sociais, raciais e demográficos aplicados ao mapeamento de territórios.....	352
15. O papel do sociólogo no monitoramento e na avaliação qualitativa de políticas públicas, inclusive programas governamentais de transferência de renda	353

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam interpretação do texto aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu

AMOSTRA

estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

MUDANÇAS NO ALFABETO

Uma das primeiras alterações trazidas pelo Acordo Ortográfico foi a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto da Língua Portuguesa, expandindo-o para um total de 26 letras. Antes da reforma, essas letras eram consideradas estrangeiras e, portanto, seu uso era restrito a situações específicas, como em nomes próprios, siglas e estrangeirismos. Com a nova ortografia, essas letras passaram a ser oficialmente reconhecidas e integradas ao alfabeto, o que reflete a influência e a presença crescente de palavras de outras línguas em nosso cotidiano.

O alfabeto completo atualmente é:

A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z

Aplicações das Letras Reintroduzidas:

- **Letra K:** Usada em palavras como quilograma, karaokê, e em nomes próprios, como Kátia ou em siglas como km (quilômetro).
- **Letra W:** Aparece em palavras como web, whisky e em siglas como www (World Wide Web). Também é comum em nomes próprios, como William.

- **Letra Y:** Encontrada em palavras como yakisoba ou em nomes como Yasmin, além de ser empregada em termos matemáticos e científicos, como na abreviação de unidades de medida (yard).

Essas mudanças visam a modernização e a internacionalização da língua, refletindo a influência de outros idiomas e culturas. É importante lembrar que, apesar de sua reintrodução no alfabeto, o uso dessas letras continua sendo menos frequente no português do que em outras línguas, predominando em situações específicas, como estrangeirismos, siglas e nomes próprios. Portanto, em contextos formais, é necessário ter cuidado para manter o uso adequado dessas letras dentro das novas regras ortográficas.

TREMA

O trema (¨), que consistia em um sinal gráfico utilizado sobre a letra “u” para indicar sua pronúncia em determinadas situações, foi eliminado do português na maior parte dos casos com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico. Antes da mudança, o trema era aplicado em palavras onde a letra “u” deveria ser pronunciada nos grupos “que”, “qui”, “gue” e “gui”, como em tranqüilo e lingüiça.

Como fica o uso do trema após a reforma:

- Palavras como agüentar, lingüiça e tranqüilo passaram a ser escritas sem o trema, ficando aguentar, linguíça e tranquilo.

No entanto, é importante ressaltar que o som do “u” nesses casos continua existindo. Ou seja, mesmo sem o trema, as palavras devem ser pronunciadas como antes, respeitando a articulação do “u” nas combinações mencionadas.

Exemplos práticos de palavras que perderam o trema:

- **Como era:** seqüência, cinqüenta, tranqüilo.
- **Como ficou:** sequência, cinquenta, tranquilo.

Observação Importante:

Embora o uso do trema tenha sido abolido em palavras da língua portuguesa, ele ainda permanece em palavras de origem estrangeira e seus derivados, especialmente aquelas provenientes do alemão, como em Müller, Hübner, führer, ou em expressões que mantêm a grafia original, como über. Isso ocorre para preservar a pronúncia correta e a integridade do idioma de origem.

O fim do uso do trema foi uma mudança significativa, mas que busca simplificar a escrita da língua portuguesa, eliminando sinais gráficos desnecessários em palavras já consolidadas. Essa alteração reforça a necessidade de os falantes estarem atentos à correta articulação de palavras, mesmo sem o auxílio visual do trema, garantindo a adequação e precisão na comunicação escrita e oral.

REGRAS DE ACENTUAÇÃO

As regras de acentuação da Língua Portuguesa também sofreram ajustes importantes com o Acordo Ortográfico. A seguir, apresentamos as principais mudanças, destacando como elas impactam a escrita de palavras paroxítonas, oxítonas e outros casos específicos.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, POLÍTICA PARA MULHERES, LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES ACERCA DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO (RIDE), INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94/1998 E SUAS ALTERAÇÕES; E REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.469/2011 E SUAS ALTERAÇÕES

FORMAÇÃO HISTÓRICA E A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA

A transferência da capital federal para o Planalto Central não foi um evento isolado, mas a culminância de um projeto de Estado que remontava ao período imperial e às primeiras constituições republicanas. A construção de Brasília, iniciada em 1956 sob o governo de Juscelino Kubitschek, simbolizou a estratégia de **interiorização do desenvolvimento** e a busca pela integração de um país até então excessivamente voltado para o litoral.

► O Projeto Urbanístico e a Ideologia Modernista

O Plano Piloto, desenhado por Lúcio Costa, foi estruturado sobre dois eixos que se cruzam: o Eixo Rodoviário (residencial) e o Eixo Monumental (administrativo e político). A cidade foi concebida sob os preceitos do **Urbanismo Modernista**, que pregava a setorização rigorosa das funções urbanas.

- **Setorização:** Áreas específicas para moradia, comércio, lazer e administração, visando a organização racional da vida cotidiana.

- **Abertura Espacial:** O uso de escalas monumentais e a ausência de cruzamentos em nível (tesourinhas) visavam priorizar o fluxo rodoviário e a sensação de amplitude.

A Realidade dos Candangos e a Exclusão Socioespacial

Embora o projeto modernista previsse uma cidade igualitária e funcional, o processo de construção revelou contradições sociais profundas. Milhares de trabalhadores, conhecidos como **candangos**, migraram de diversas regiões do país especialmente do Nordeste e de Goiás em busca de oportunidades nas frentes de trabalho da Novacap.

Diferente do que sugeria o planejamento inicial, que imaginava a absorção desses trabalhadores no tecido urbano planejado, o alto custo de vida e a falta de provisões habitacionais para as classes populares forçaram o surgimento de núcleos urbanos fora do Plano Piloto.

- **Cidades Satélites:** O que hoje conhecemos como Regiões Administrativas (RAs), como Taguatinga e Sobradinho, surgiu para abrigar a população que não encontrava espaço no centro projetado.

- **Dualidade Territorial:** Desde o início, consolidou-se uma estrutura de “centro-periferia”, onde o centro administrativo detinha a infraestrutura completa, enquanto as áreas externas cresciam de forma acelerada, muitas vezes com carência de serviços básicos.

A Interiorização e a Nova Dinâmica Regional

A fundação de Brasília alterou permanentemente a rede urbana do Centro-Oeste brasileiro. Cidades vizinhas em Goiás e Minas Gerais passaram a orbitar em torno da nova capital, atraindo fluxos migratórios e transformando o cerrado — anteriormente visto como um “vazio demográfico” por setores do governo em um polo de conexão política e econômica nacional.

Essa ocupação não foi apenas urbana; ela foi o motor para a expansão da fronteira agrícola e para a criação de novas rotas logísticas que conectaram o Norte e o Sul do Brasil por via terrestre, consolidando o Distrito Federal como o verdadeiro coração geopolítico do país.

GEOGRAFIA E REALIDADE ÉTNICA NO PLANALTO CENTRAL

O Distrito Federal está situado em uma região de chapadões, com altitudes que variam entre 1.000 e 1.200 metros. Esta posição geográfica não é apenas um detalhe topográfico; ela define o papel estratégico da região como o “berço das águas” e impõe desafios climáticos específicos à população.

O Bioma Cerrado e o Ciclo das Águas

Inserido no coração do Cerrado, o DF apresenta uma biodiversidade adaptada a extremos. A vegetação de troncos retorcidos e raízes profundas cumpre a função vital de absorver as chuvas de verão para alimentar os lençóis freáticos que sustentam três das principais bacias hidrográficas da América do Sul: a do Paraná, a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia.

- **Sazonalidade:** O clima Tropical de Altitude é marcado por duas estações bem definidas. O inverno é caracterizado por uma seca severa e baixos índices de umidade relativa do ar (muitas vezes abaixo de 10%), o que impacta a saúde pública e aumenta o risco de queimadas.

- **Recursos Hídricos:** O abastecimento da população depende de reservatórios como o **Descoberto** e o **Santa Maria**. O crescimento populacional acelerado e a ocupação de áreas de mananciais são os principais pontos de atenção para a segurança hídrica futura.

AMOSTRA

Composição Étnica e Identidade Cultural

Diferente de outras unidades da federação com séculos de história, o Distrito Federal possui uma composição étnica formada por um fluxo migratório intenso e constante. A população é um reflexo do encontro de todos os Brasis, o que gera uma identidade cultural híbrida e plural.

▪ **A Herança Migratória:** A base populacional foi formada inicialmente por mineiros, goianos e, predominantemente, nordestinos (maranhenses, piauienses e cearenses). Essa influência é visível na gastronomia, no vocabulário e nas festas populares.

▪ **Realidade Étnico-Racial:** O DF possui uma população majoritariamente parda e preta (cerca de 57%), concentrada sobretudo nas Regiões Administrativas de menor renda. Enquanto o Plano Piloto apresenta uma composição demográfica mais branca e de elite, as periferias são os polos de produção cultural negra e nordestina, manifestada no rap, no repente e no samba.

▪ **Povos Originários e Tradicionais:** Embora menos visível no discurso oficial, existe a presença de comunidades indígenas desaldeadas e grupos que buscam o reconhecimento de territórios tradicionais na região, lutando pela preservação de suas culturas em um ambiente altamente urbanizado.

O Mosaico Social e a Estrutura Urbana

A distribuição étnica e social no território não é aleatória; ela segue os eixos de valorização imobiliária. O Distrito Federal apresenta um dos maiores contrastes socioespaciais do país. A “distância” entre as regiões de alta renda e as periferias vulneráveis é marcada não apenas por quilômetros, mas por barreiras de acesso a serviços públicos de qualidade, lazer e infraestrutura urbana.

A “brasilidade” é uma identidade em construção. Ela se manifesta tanto no orgulho pelo céu do Planalto e pela arquitetura monumental quanto na resistência cultural das cidadões-satélites, que ressignificam o espaço urbano todos os dias através de feiras populares, movimentos artísticos e redes de solidariedade.

A RIDE: INTEGRAÇÃO E DINÂMICAS DE ENTORNO

A **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)** foi instituída pela Lei Complementar nº 94/1998. Ao contrário de uma Região Metropolitana comum, a RIDE é uma unidade administrativa que envolve entes federativos distintos: o Distrito Federal, os estados de Goiás e Minas Gerais, além da União.

Estrutura e Composição

A RIDE foi criada para articular a ação administrativa em uma área onde os limites políticos não impedem o fluxo diário de pessoas. Atualmente, ela é composta pelo Distrito Federal e por dezenas de municípios goianos e mineiros. Entre os mais populosos e integrados ao cotidiano brasileiro, destacam-se:

▪ **Goiás:** Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

▪ **Minas Gerais:** Unaí, Arinos e Cabeceira Grande.

O Fenômeno do Movimento Pendular

O conceito central para entender a RIDE é o **movimento pendular**. Diariamente, centenas de milhares de pessoas saem dos municípios do Entorno em direção ao Distrito Federal para trabalhar ou estudar, retornando às suas casas ao final do dia.

▪ **Custo de Vida:** O Entorno funciona como uma área de habitação mais acessível em comparação ao alto custo imobiliário do DF.

▪ **Pressão sobre Serviços:** Como a oferta de empregos está concentrada no centro, o DF acaba absorvendo também a demanda por serviços públicos (especialmente saúde de alta complexidade) dessa população, gerando um debate constante sobre o financiamento dessas redes.

Desafios de Gestão e Planejamento

A existência da RIDE impõe desafios jurídicos e logísticos únicos, pois as decisões dependem de acordos entre diferentes governadores e prefeitos.

▪ **Transporte Público:** Este é o gargalo mais visível. A regulação das linhas de ônibus interestaduais cabe à União (via ANTT), mas a operação impacta diretamente o trânsito e a mobilidade urbana do DF e das prefeituras locais.

▪ **Segurança Pública:** A criminalidade e o tráfico muitas vezes se aproveitam das divisas estaduais. A integração das políticas e o compartilhamento de inteligência são vitais para a redução da violência na região.

▪ **Saneamento e Meio Ambiente:** A gestão do lixo e a proteção dos mananciais que abastecem a capital exigem que municípios goianos e o DF trabalhem em sintonia, já que os rios não respeitam fronteiras políticas.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é o órgão responsável por coordenar os serviços de interesse comum, como infraestrutura, geração de empregos e saneamento básico, buscando reduzir as desigualdades sociais gritantes que ainda separam o centro das periferias metropolitanas.

Realidade Econômica e Política

O Distrito Federal ocupa uma posição de destaque no cenário nacional, detendo o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país. No entanto, essa riqueza está concentrada em uma estrutura produtiva muito específica e em uma organização política que não segue o modelo de estados e municípios.

A Força do Setor Terciário e o Peso do Estado

A economia brasileira é essencialmente voltada para o **setor de serviços**, que responde por mais de 90% do PIB local. Diferente de outras regiões, onde a indústria ou o comércio de bens são os motores principais, aqui o coração da economia é a **Administração Pública**.

▪ **Administração, Defesa e Seguridade Social:** O governo (federal e distrital) é o maior empregador e o principal indutor do consumo. Isso gera uma economia estável, mas também vulnerável a oscilações nas políticas fiscais e cortes de gastos públicos.

FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS, PNAS/2004 E SUAS: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS, MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR, TERRITORIALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE

FUNDAMENTOS NORMATIVOS E POLÍTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A LOAS é a principal base legal da Assistência Social no Brasil. Seu artigo 1º afirma que a assistência social é política de Seguridade Social não contributiva, realizada por meio de ações integradas da iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. Essa redação tem grande importância porque define a Assistência Social como direito público, e não como favor, ajuda ocasional ou caridade. O usuário da política socioassistencial é sujeito de direitos, e o Estado possui responsabilidade direta na formulação, financiamento, execução, monitoramento e avaliação das ações.

Os objetivos da Assistência Social, segundo a LOAS, foram atualizados pela Lei nº 12.435/2011, que incorporou formalmente o SUAS à legislação. O artigo 2º passou a organizar os objetivos em três grandes dimensões: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. A proteção social busca garantir a vida, reduzir danos e prevenir riscos, especialmente em relação à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, pessoas com deficiência e integração ao mercado de trabalho. A vigilância socioassistencial analisa os territórios, identificando vulnerabilidades, riscos, ameaças e violações. A defesa de direitos assegura o acesso dos usuários às províões socioassistenciais.

Os princípios da Assistência Social incluem a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos. Esses princípios indicam que a política deve ser orientada pelo direito, pela equidade e pela transparência.

As diretrizes, por sua vez, expressam a forma de organização da política. Destacam-se a descentralização político-administrativa, a participação da população por meio de organizações representativas, a primazia da responsabilidade do Estado e a centralidade na família. A descentralização não significa ausência de coordenação nacional; ao contrário, pressupõe responsabilidades compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios, cada qual com atribuições específicas no financiamento, na gestão e na oferta dos serviços.

A PNAS/2004 aprofunda essa concepção ao afirmar a Assistência Social como política pública de proteção social inserida no campo dos direitos. Sua importância está em traduzir os comandos da LOAS em uma arquitetura institucional concreta,

com definição de níveis de proteção, públicos prioritários, seguranças a serem garantidas e diretrizes estruturantes. Nesse sentido, LOAS, PNAS/2004 e SUAS devem ser lidos de forma integrada: a LOAS dá a base legal, a PNAS/2004 formula a orientação político-institucional e o SUAS organiza a gestão e a oferta da proteção socioassistencial.

ORGANIZAÇÃO DO SUAS E NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O SUAS organiza a Assistência Social como sistema público, descentralizado, participativo e articulado nacionalmente. Seu funcionamento depende da cooperação entre os entes federativos, da existência de fundos de assistência social, conselhos de controle social, planos de assistência social e mecanismos de pactuação. A lógica do sistema é garantir continuidade, padronização mínima, territorialização e qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais, evitando ações fragmentadas, improvisadas ou dependentes apenas de vontades políticas locais.

A proteção social no SUAS é organizada em dois grandes níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Essa divisão considera a intensidade das vulnerabilidades e dos riscos vivenciados pelos usuários e famílias. A Proteção Social Básica atua prioritariamente na prevenção de riscos sociais e pessoais, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários antes que ocorram rupturas ou violações mais graves. Seu principal equipamento público é o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, localizado preferencialmente em territórios com maior incidência de vulnerabilidade social.

O principal serviço da Proteção Social Básica é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o PAIF. Ele realiza acompanhamento familiar, acolhida, orientação, encaminhamentos, ações comunitárias e fortalecimento da função protetiva das famílias. A proteção básica também se articula a benefícios como o Benefício de Prestação Continuada e os benefícios eventuais, além de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Seu foco não é apenas atender demandas imediatas, mas ampliar a capacidade de proteção das famílias e dos territórios.

A Proteção Social Especial atende situações em que os direitos já foram ameaçados ou violados. Ela se subdivide em média e alta complexidade. A média complexidade atende pessoas e famílias que vivenciam violações de direitos, mas ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. O principal equipamento é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS. Entre as situações atendidas estão violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e outras formas de violação.

A alta complexidade é destinada a situações em que há necessidade de proteção integral, inclusive com afastamento temporário do núcleo familiar ou comunitário. Envolve serviços de acolhimento institucional, acolhimento familiar, repúblicas, residências inclusivas e outras modalidades que garantam moradia,

AMOSTRA

cuidado, proteção e referência. Nesses casos, o desafio ético e técnico é proteger sem romper direitos, garantindo excepcionalidade, provisoriedade e respeito à dignidade dos usuários.

De modo sintético:

- **Proteção Social Básica:** previne riscos, fortalece vínculos e atua nos territórios por meio do CRAS.
- **Proteção Social Especial de Média Complexidade:** atende violações de direitos sem rompimento total dos vínculos, com referência no CREAS.
- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade:** oferece proteção integral quando há necessidade de acolhimento e afastamento temporário.

SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS E EIXOS ESTRUTURANTES

A PNAS/2004 organiza a Assistência Social a partir da noção de seguranças socioassistenciais. Essas seguranças expressam aquilo que a política deve garantir concretamente aos usuários. Entre elas, destacam-se a segurança de acolhida, a segurança de renda, a segurança de convívio ou vivência familiar e comunitária, a segurança de desenvolvimento da autonomia e a segurança de apoio e auxílio em situações circunstanciais. Essa formulação é importante porque desloca a assistência social de uma lógica de ações pontuais para uma lógica de garantias públicas.

A segurança de acolhida envolve escuta qualificada, recepção digna, identificação de necessidades e oferta de proteção em situações de abandono, violência, desabrigo ou vulnerabilidade extrema. A segurança de renda relaciona-se à provisão de benefícios capazes de reduzir privações materiais, como o Benefício de Prestação Continuada e benefícios eventuais. A segurança de convivência familiar e comunitária busca preservar e fortalecer vínculos, reconhecendo que o isolamento social e a ruptura relacional também constituem expressões de desproteção. A segurança de autonomia refere-se ao fortalecimento das capacidades dos sujeitos para participação social, acesso a direitos e construção de projetos de vida.

A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos centrais da PNAS/2004 e do SUAS. Ela significa que a família é tomada como referência fundamental para a proteção social, não porque seja responsabilizada isoladamente por suas dificuldades, mas porque é nela que muitas vulnerabilidades se expressam e também onde podem ser fortalecidas capacidades protetivas. Essa diretriz exige cuidado técnico: a centralidade da família não pode ser confundida com culpabilização familiar. O trabalho social deve considerar condições objetivas de vida, desigualdade social, pobreza, raça, gênero, território, deficiência, ciclo de vida e acesso desigual às políticas públicas.

A territorialização é outro eixo essencial. Ela parte da ideia de que as vulnerabilidades não se distribuem igualmente no espaço social. Há territórios com maior concentração de pobreza, violência, precariedade urbana, ausência de equipamentos públicos e fragilidade de redes comunitárias. Por isso, o SUAS deve conhecer o território, mapear demandas, identificar riscos e organizar serviços próximos da população. A vigilância socioassistencial tem papel estratégico nesse processo, pois produz informações para planejar, monitorar e avaliar a política.

A intersectorialidade completa esse conjunto de eixos estruturantes. A Assistência Social não atua de forma isolada, pois as necessidades dos usuários atravessam saúde, educação,

habitação, trabalho, previdência, justiça, segurança alimentar, cultura e direitos humanos. A intersectorialidade exige articulação entre políticas públicas, fluxos de encaminhamento, pactuação de responsabilidades e construção de respostas integradas. Sem ela, há risco de encaminhamentos vazios, fragmentação do atendimento e sobrecarga das famílias.

Assim, os eixos estruturantes podem ser compreendidos da seguinte forma:

- **Seguranças socioassistenciais:** definem as garantias que a política deve oferecer.
- **Matricialidade sociofamiliar:** organiza o trabalho social com centralidade na família, sem culpabilizá-la.
- **Territorialização:** orienta a atuação a partir das características concretas dos territórios.
- **Intersectorialidade:** articula a Assistência Social com outras políticas públicas e sistemas de garantia de direitos.

NOB/SUAS: RESPONSABILIDADES DOS ENTES, FINANCIAMENTO, GESTÃO DO TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DA REDE

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2012, no uso da competência que lhe conferem os incisos I, II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, anexa, apresentada pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT, apreciada e deliberada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art. 2º O CNAS divulgará a NOB/SUAS amplamente nos diversos meios de comunicação e a enviará à Presidência da República, ao Congresso Nacional e demais entes federados para conhecimento, observância e providências cabíveis.

Art. 3º O CNAS recomenda as seguintes ações referentes à NOB/SUAS.

I – ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) divulgá-la amplamente nos diversos meios de comunicação;
- b) incluí-la como conteúdo do Plano Nacional de Capacitação;
- c) publicá-la em meio impresso e distribuí-la, inclusive em braile e em meio digital acessível;
- d) regulamentar os blocos de financiamento em tempo hábil para que os municípios possam elaborar os seus Planos Plurianuais -PPA.
- e) regulamentar os processos e procedimentos de acompanhamento disposto no art. 36 e da aplicação das medidas administrativas definidas no art. 42.

DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: ECA, ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

AMOSTRA

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) galactosemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) aminoacidopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR DIRETO EM CARÁTER EMERGENCIAL – CARTÃO PRATO CHEIO (LEI DISTRITAL Nº 7.009/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.873/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI Nº 7.009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Cartão Prato Cheio, programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, destinado a amparar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 2º O Cartão Prato Cheio será concedido por meio de crédito para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

§ 2º Os critérios de concessão, o valor do benefício e sua vigência, a periodicidade de solicitação, o tempo de concessão, entre outros assuntos, serão definidos por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do país ou do Distrito Federal e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 3º Considerando a dinâmica de solicitações e a disponibilidade orçamentária, fica autorizada a concessão de cesta básica in natura e cesta verde, conforme regulamentação prevista no § 2º.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o prazo para a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da sua concessão, não é inferior a 12 meses. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

§ 5º Fica proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de bebida alcoólica, cigarro ou qualquer outro produto que não tenha natureza estritamente alimentar, sob pena de perda do benefício para os beneficiários e de descredenciamento para os estabelecimentos. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

Art. 3º O crédito do Cartão Prato Cheio é intransferível.

Art. 4º O Banco de Brasília será a instituição financeira responsável por:

I – confeccionar e carregar os cartões na quantidade solicitada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF;

II – restringir a utilização do crédito aos estabelecimentos classificados como atividade econômica voltada à comercialização de produtos alimentícios.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública distrital.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos critérios para concessão, da lista dos beneficiários e dos recursos investidos no programa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2021

DECRETO Nº 42.873, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta a Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, que institui o programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado “Cartão Prato Cheio”.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o provimento alimentar direto de caráter emergencial, denominado Programa Prato Cheio.

Art. 2º O Programa “Prato Cheio” será concedido por meio de crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º São critérios para concessão:

I - possuir renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;

II - estar em situação de insegurança alimentar;

III - estar inscrito no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal ou no Sistema de Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal;

IV - residir no Distrito Federal.

§ 2º Será beneficiada, prioritariamente, a seguinte ordem:

I - famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

II - famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

III - famílias com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

IV - famílias com pessoas com deficiência; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

AMOSTRA

V - famílias com pessoas idosas; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

VI - população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento - PIA, em processo de saída de rua. (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

§ 3º Respeitada a priorização prevista no § 2º, a concessão do benefício seguirá ordem cronológica de solicitação, de acordo com a disponibilidade orçamentária mensal.

§ 4º É obrigatória a inclusão do número de CPF de todos os membros da composição familiar do beneficiário do Programa "Cartão Prato Cheio". (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

Art. 3º As concessões de provimento alimentar em caráter emergencial dependerão de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 4º Serão regulamentadas por meio de portaria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, entre outros assuntos, a periodicidade de solicitação e concessão do cartão Prato Cheio, a vigência do crédito, bem como a excepcionalidade de concessão da cesta básica in natura e a concessão da cesta verde.

Art. 5º Os contratos firmados para operacionalização do Programa Prato Cheio, com base no art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, deverão ser aditivados para se adequar à nova regulamentação.

Art. 6º Revoga-se o art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROGRAMA CARTÃO GÁS (LEI DISTRITAL Nº 6.938/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.376/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI Nº 6.938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Gás, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 2º O Programa Cartão Gás consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00, para aquisição do GLP 13kg.

Parágrafo único. O valor do auxílio financeiro pode ser alterado por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País ou do Distrito Federal.

Art. 3º São condições para fazer jus ao auxílio de que trata esta Lei:

I – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II – possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

III – ter declarado comprometimento de renda com aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP no respectivo registro do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

IV – residir no Distrito Federal;

V – não se encontrar em situação de rua ou em acolhimento institucional coletivo;

VI – o responsável familiar ter idade igual ou superior a 16 anos.

§ 1º É passível de penalidade cível e penal o recebimento do benefício de que trata o art. 2º por diferentes membros integrantes de uma mesma família que vivem na mesma residência.

§ 2º O Poder Executivo, com base na disponibilidade orçamentária, estabelece critérios de priorização para pagamento do benefício.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Programa Cartão Gás, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública, visando à consecução de ações para concessão do auxílio previsto nesta Lei.

Art. 5º (VETADO)

Art. 6º O Programa Cartão Gás caracteriza despesa continuada e depende de disponibilidade orçamentária específica. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 7º O cadastro e a verificação da aptidão e da capacidade dos estabelecimentos comerciais interessados em participar do Programa Cartão Gás são realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal editar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento do disposto no caput. (Parágrafo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Art. 8º O Programa Cartão Gás é financiado com recursos do Tesouro do Distrito Federal e depende de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 9º Fica estabelecido o Banco de Brasília S.A. – BRB como o agente financeiro do Programa Cartão Gás.

Art. 10. O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos benefícios, dos beneficiários, das ações, dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Art. 11. (Artigo Revogado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 12. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SOCIOLOGIA - ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS)

TEORIA SOCIOLÓGICA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS: O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E OS CLÁSSICOS: KARL MARX, ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER

O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

► A Sociologia como resposta às transformações da modernidade

A Sociologia surgiu como uma tentativa de compreender cientificamente as profundas mudanças que transformaram a vida social europeia entre os séculos XVIII e XIX. Antes desse período, as explicações sobre a sociedade eram geralmente associadas à religião, à tradição, à filosofia moral ou à autoridade política. Com a modernidade, porém, a sociedade passou a ser percebida como uma realidade em transformação acelerada, marcada por conflitos, instabilidade, novas formas de trabalho, urbanização intensa e mudanças nas relações entre indivíduos, Estado e economia.

Dois grandes acontecimentos históricos foram fundamentais para esse processo: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. A Revolução Industrial alterou profundamente a organização da produção, substituindo progressivamente o trabalho artesanal e rural pelo trabalho fabril, urbano e assalariado. Esse processo provocou o crescimento das cidades, o surgimento de novas classes sociais e a intensificação das desigualdades. Já a Revolução Francesa abalou as bases políticas do Antigo Regime, questionando privilégios hereditários, defendendo ideais de liberdade e igualdade e fortalecendo a ideia de que a ordem social poderia ser transformada pela ação humana.

► A sociedade como objeto de estudo científico

A grande novidade da Sociologia foi tratar a sociedade como um objeto de investigação sistemática. Isso significa que os fenômenos sociais passaram a ser observados, comparados e explicados por meio de métodos racionais, e não apenas por opiniões pessoais ou crenças tradicionais. A pobreza, o crime, a religião, a família, o Estado, o trabalho e as desigualdades começaram a ser estudados como fatos ligados à organização da vida coletiva.

Nesse sentido, a Sociologia nasceu com uma preocupação central: compreender como a ordem social é possível em meio a tantas mudanças. Os primeiros pensadores sociológicos buscavam explicar por que as sociedades se mantêm unidas, por que entram em conflito, como se transformam e quais forças orientam o comportamento dos indivíduos. Assim, a Sociologia não surgiu apenas como uma disciplina acadêmica, mas como uma forma de interpretar os problemas concretos da sociedade moderna.

► Conceitos fundamentais do surgimento da Sociologia

- **Modernidade:** período histórico marcado pela valorização da razão, pelo avanço da ciência, pela industrialização, pela urbanização e pela transformação das instituições sociais.
- **Industrialização:** processo de expansão das fábricas, das máquinas e do trabalho assalariado, responsável por modificar profundamente a economia e as relações sociais.
- **Urbanização:** crescimento das cidades como consequência da concentração de trabalhadores, indústrias, comércio e serviços.
- **Classes sociais:** grupos formados a partir da posição ocupada pelos indivíduos na estrutura econômica e social, especialmente em relação ao trabalho e à propriedade.
- **Questão social:** conjunto de problemas produzidos pela sociedade moderna, como pobreza, exploração do trabalho, desigualdade, desemprego e conflitos entre grupos sociais.

► A importância do surgimento da Sociologia

O surgimento da Sociologia representou uma mudança decisiva na maneira de compreender a vida em sociedade. Em vez de aceitar a ordem social como algo natural, imutável ou determinado apenas pela vontade divina, a Sociologia mostrou que as instituições, os valores, as normas e as desigualdades são construções históricas. Isso permitiu analisar criticamente a realidade social e compreender que os problemas coletivos possuem causas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Dessa forma, a Sociologia nasceu vinculada à necessidade de explicar a sociedade moderna e seus dilemas. Ela procurou compreender tanto os mecanismos de integração quanto os processos de conflito e mudança. A partir desse ponto, autores como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber desenvolveram interpretações fundamentais sobre a sociedade, cada um com métodos, conceitos e preocupações próprias.

SEÇÃO 2: KARL MARX E A CRÍTICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

► Karl Marx e o materialismo histórico

Karl Marx foi um dos principais pensadores da Sociologia e desenvolveu uma interpretação crítica da sociedade capitalista. Para Marx, a sociedade não pode ser compreendida apenas pelas ideias, leis ou instituições políticas. Segundo sua análise, a base da vida social está nas condições materiais de existência, especialmente na forma como os seres humanos produzem sua sobrevivência. Essa perspectiva ficou conhecida como materialismo histórico.

De acordo com Marx, cada sociedade organiza sua produção econômica de uma determinada maneira. Essa organização influencia diretamente a política, a cultura, a religião, o direito e as relações sociais. Assim, para compreender qualquer período

AMOSTRA

histórico, é necessário analisar quem controla os meios de produção, como ocorre o trabalho e quais grupos sociais dominam a economia.

No capitalismo, os meios de produção pertencem à burguesia, classe formada pelos proprietários das fábricas, terras, empresas e capitais. Já o proletariado é composto pelos trabalhadores que não possuem meios próprios de produção e precisam vender sua força de trabalho em troca de salário. Para Marx, essa relação é marcada pela exploração, pois os trabalhadores produzem mais riqueza do que recebem em pagamento.

► **A luta de classes como motor da história**

Um dos conceitos mais importantes do pensamento marxista é a luta de classes. Marx afirmava que a história das sociedades é marcada por conflitos entre grupos sociais com interesses opostos. Esses conflitos surgem porque diferentes classes disputam o controle da riqueza, do poder e das condições de trabalho.

Na sociedade capitalista, a principal oposição ocorre entre burguesia e proletariado. Enquanto a burguesia busca aumentar os lucros e manter seu domínio econômico, os trabalhadores lutam por melhores salários, redução da exploração e melhores condições de vida. Segundo Marx, esse conflito é inevitável porque os interesses das duas classes são incompatíveis.

A luta de classes não se limita apenas aos conflitos econômicos. Ela também aparece na política, nas leis, na educação e em outras instituições sociais. Para Marx, o Estado tende a favorecer os interesses da classe dominante, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais. Dessa forma, o capitalismo produz riqueza, mas também intensifica desigualdades e conflitos sociais.

► **Alienação e exploração do trabalho**

Marx também analisou os efeitos do capitalismo sobre o trabalhador. Um dos conceitos centrais dessa análise é a alienação. No sistema capitalista, o trabalhador perde o controle sobre o processo de produção e sobre o produto do seu próprio trabalho. Ele executa tarefas repetitivas e fragmentadas sem participar das decisões sobre aquilo que produz.

Essa situação faz com que o trabalho deixe de ser uma atividade criativa e humana, tornando-se apenas uma obrigação necessária para garantir a sobrevivência. O trabalhador passa a sentir-se distante do produto que cria, dos outros trabalhadores e até de si mesmo. A alienação representa, portanto, uma perda da autonomia e da realização humana no ambiente de trabalho.

Outro conceito importante é o de mais-valia. Marx explicou que o lucro capitalista surge porque o trabalhador produz um valor maior do que aquele que recebe como salário. A diferença entre o valor produzido e o valor pago ao trabalhador é apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Esse mecanismo constitui a base da exploração capitalista segundo a teoria marxista.

► **Conceitos fundamentais do pensamento de Karl Marx**

- **Materialismo histórico:** interpretação segundo a qual as condições materiais e econômicas influenciam a organização da sociedade e o desenvolvimento histórico.
- **Classes sociais:** grupos definidos pela posição que ocupam no sistema de produção, especialmente em relação à propriedade dos meios de produção.

- **Burguesia:** classe proprietária dos meios de produção no sistema capitalista.

- **Proletariado:** classe formada pelos trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho.

- **Luta de classes:** conflito entre grupos sociais com interesses econômicos opostos.

- **Alienação:** processo pelo qual o trabalhador perde o controle sobre seu trabalho e sobre o produto que produz.

- **Mais-valia:** diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o salário que ele recebe.

► **A importância da teoria marxista para a Sociologia**

A contribuição de Karl Marx foi fundamental para o desenvolvimento da Sociologia porque introduziu uma análise crítica das desigualdades sociais e das relações de poder existentes na sociedade capitalista. Seu pensamento mostrou que os problemas sociais não são fenômenos isolados ou naturais, mas consequências das estruturas econômicas e das formas de organização do trabalho.

Além disso, Marx influenciou profundamente os estudos sobre política, economia, movimentos sociais, trabalho e desigualdade. Sua teoria permanece relevante para compreender temas como concentração de riqueza, precarização do trabalho, conflitos sociais e transformações econômicas da sociedade contemporânea.

ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER

► **Émile Durkheim e a consolidação da Sociologia científica**

Émile Durkheim foi um dos responsáveis por consolidar a Sociologia como ciência autônoma. Seu principal objetivo era demonstrar que os fenômenos sociais possuem existência própria e podem ser estudados de maneira objetiva. Para isso, Durkheim defendia que a Sociologia deveria utilizar métodos científicos semelhantes aos das ciências naturais, analisando os fatos sociais de forma racional e sistemática.

O conceito mais importante de sua teoria é o de fato social. Para Durkheim, os fatos sociais são maneiras de agir, pensar e sentir que existem independentemente da vontade individual e exercem influência sobre as pessoas. As normas, leis, costumes, tradições, religiões e valores morais são exemplos de fatos sociais porque orientam o comportamento dos indivíduos dentro da sociedade.

Segundo Durkheim, os fatos sociais apresentam três características principais: exterioridade, coercitividade e generalidade. Eles são exteriores porque existem antes do indivíduo nascer; coercitivos porque impõem regras e limites ao comportamento; e gerais porque estão presentes em grande parte da sociedade. Assim, mesmo sem perceber, os indivíduos vivem constantemente influenciados pelas normas coletivas.

► **A coesão social e a divisão do trabalho**

Durkheim também buscou compreender como as sociedades conseguem manter a ordem e a integração social. Para ele, toda sociedade depende de algum tipo de solidariedade que una os indivíduos e garanta a convivência coletiva.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

